

ATA DA 028ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2021
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Ana Campagnolo - Bruno Souza- Coronel Mocellin - Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jean Kuhlmann - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba- Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sergio Motta - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Mauro de Nadal
Deputado Nilso Berlanda

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Inicia comentando que vai falar de obras de Santa Catarina que estão dando certo, citando o Projeto Eixo K, em Joinville, pequeno trajeto de 1,5 Km, que vai mudar a realidade da cidade, e vai ajudar mais ainda no seu funcionamento. Cita que o projeto interliga a rodovia Hans Dieter Schmidt, conhecido como o eixo industrial, que são 1.500 metros de obra, sendo que a Acij, Associação Comercial e Industrial de Joinville, financiou a realização do mesmo. Informa que a área concentra

um tráfego de 4% do PIB do Estado, o que aumenta a capacidade de logística e movimentação de cargas em 30%. Apresenta fotos para que seja visualizado o tamanho do trabalho realizado.

Destaca a importância das Feiras Industriais e Comerciais que eram realizadas em Joinville, e que agora, com a pandemia, não ocorreram mais, salientando que as mesmas, com suas vendas, movimentam milhões para o Município e o Estado catarinense. Enumera as várias instituições que participam dos eventos como: Intermach, Interplast, Fenahabit, demonstrando que são recursos que deixam de ser comercializados para o Estado e Brasil. Por isso, solicita à Governadora Daniela Reinehr que, nos próximos decretos, seja avaliada a flexibilização para realização desses importantes eventos. Justifica que todos os protocolos da Vigilância Sanitária são respeitados com segurança para evitar o contágio da Covid-19.

Completa, concluindo que são recursos importantes, são empregos, milhões que deixam de entrar nos cofres da cidade de Joinville, Santa Catarina e Brasil, e que vão fazer falta no futuro. Alerta que não se pode perder o vínculo com outros Estados brasileiros e outros países.
[Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO BRUNO SOUZA (Orador) - Critica a forma de agir dos sindicatos no Brasil, citando o Sintrasm - Sindicato no Serviço Público Municipal de Florianópolis, que deflagrou uma greve no serviço público de educação, prejudicando justamente os mais pobres. Também demonstra indignação com o Poder Judiciário, que declarou a greve legal.

Diz que a história dos sindicatos, de luta de classes, é coisa do passado, pois atualmente não defendem isso, e também não defendem a educação. Destaca que no Brasil o sindicalista tem vida boa e fácil, podem fazer greve quando querem e, no final, os gestores públicos sentam à mesa com os grevistas e sindicalistas para negociação até a próxima paralisação. Cobra veementemente da Câmara dos Deputados legislação própria sobre o direito

do funcionário público fazer greve, pois é necessário e urgente haver limites definidos em lei específica. Informa que não existe regulamentação sobre o direito de greve para servidores públicos.

Acrescenta que, no Brasil, equivocadamente, os grevistas e os sindicatos são romantizados como paladinos que lutam contra a exploração, e declara que é preciso ser mais cético com relação a esses movimentos, pois alguns até são legais, entretanto outros são imorais, como o que está ocorrendo em Floripa, com milhares de alunos sem aulas, principalmente os mais carentes. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) - Informa que recebeu diversas mensagens, questionando acerca da notícia de que a volta do Governador estava garantida, pois a Procuradoria Geral da República mandou arquivar a investigação sobre ele. Comenta que buscou se atualizar sobre os fatos, e se achou na obrigação de explicar a quem conhece o seu trabalho, de isenção, de alguém que já trabalhou da CPI e mergulhou no processo dos respiradores, que já participou de um tribunal misto de julgamento, que já foi escolhido, através de sorteio, relator do outro.

Registra que sempre foi oposição ao Governador, e agora, na interinidade da vice-Governadora, continua isento, pois para ele todos pertencem ao mesmo grupo que venceu na eleição passada. Pontua que é preciso colocar algumas coisas bem claras: crime de responsabilidade não é igual a crime comum, dando o exemplo do ex-presidente Fernando Collor, impichado, e foi inocentado anos depois. Questiona se lembram da ex-Presidente Dilma Rousseff, também impichada, e anos depois, inocentada do crime de responsabilidade. Explica que crime de responsabilidade não é crime comum, e segue falando sobre o Código de Processo Penal, que é a bússola regimental do processo, não é aplicado no crime de responsabilidade, porque se um cidadão for impichado por esse motivo, ele continua com

todos os seus direitos civis, perdendo apenas os seus direitos políticos. Sendo assim, o crime de responsabilidade é direito político, não é direito civil. Comenta que Dilma e Collor foram impichados e impedidos de participar de eleições, porém continuaram sendo cidadãos comuns.

Esclarece que a Procuradoria Geral da República fala, e o Ministério Público de Santa Catarina e a Polícia Federal também falaram, da participação do Governador no caso do roubo dos R\$ 33 milhões. Prossegue, falando que os membros da CPI nunca falaram da participação do Governador, e sim da responsabilidade, e os Desembargadores votantes no dia falaram da responsabilidade e da omissão, o que, no seu entendimento, são crimes de responsabilidade. Questiona a todos se entendem a diferença entre participação e responsabilidade, citando que o caso dos R\$ 33 milhões foi uma questão de falta de responsabilidade.

Conta que um comentarista político falou que "a Procuradoria Geral da República disse que o Governador sequer sabia". Expressa sua indignação em relação a essa fala, pois em uma live o Governador falou de pagamento antecipado e correndo o risco de não receber. Assim, após essa fala, indaga como ele não sabia! Considera que um Governador do Estado, que não sabe de uma compra de R\$ 33 milhões, feita em 24 horas, por uma funcionária de terceiro escalão, não merece o posto.

Questiona onde estava o grupo gestor, pois nos governos anteriores, nenhuma compra acima de 50 mil era autorizada sem passar pelo grupo gestor, e acha incoerente que uma funcionária de terceiro escalão faça uma compra no valor de R\$ 33 milhões, sem que o Governador tenha conhecimento. Percebe que o Governador está sendo beatificado por alguns, que dizem que ele não cometeu crime. Entretanto, traz essas informações aos catarinenses para que não se iludam, pois a responsabilidade existe, e por esse motivo o Governador está sendo processado e investigado. Ressalta que responsabilidade não é participação,

e quem fala da omissão são os outros julgadores.
[Taquiografia: Northon]

DEPUTADO RICARDO ALBA (Orador) - Relata sobre a situação dos moradores do Parque Nacional Serra do Itajaí, na região de Blumenau. Informa que, quando esse parque foi implantado, houve uma grande polêmica, tendo em vista que havia, e ainda há, vários moradores nessa área, em um parque que compreende uma área de 57 mil hectares, passando por 9 municípios do Vale do Itajaí. Acrescenta que, na época, se falou sobre indenização das propriedades, porém, sabe-se que muitas propriedades não foram indenizadas, e que muitos moradores que deixaram o local, ou que ainda residem no parque, apenas querem viver no local que ajudaram a desenvolver. Comenta que o problema é a situação atual, pois colocaram o ICMBio para cuidar do local, instituição responsável por fiscalizar o parque, mas que segundo relatos dos moradores, tem sido muito severo no que se refere a circulação na área.

Reconhece a importância de preservar e proteger a área, mas entende que não se deve negar o acesso às pessoas que desejam aproveitar a natureza, afinal, o parque tem um grande potencial turístico e ecológico, assim como não se deve proibir o acesso dos proprietários dos imóveis ao parque. Informa que os moradores estão reclamando da forma truculenta como têm sido tratados pelo ICMBio. Conta que há notícias de multas até para os moradores do parque, que possuem propriedade consolidada no local antes do parque ser criado. Expressa sua indignação pelas multas que chegam a R\$ 11 mil, sendo aplicadas a moradores que tentam acessar sua moradia no parque.

Menciona que, segundo informações coletadas junto aos moradores do parque, o ICMBio permite acesso somente ao próprio imóvel, não sendo possível visitar vizinhos, sendo passível de multa. Cita que recentemente, um morador do local, que construiu um galinheiro em sua residência, foi multado. Alega que falta bom senso ao ICMBio no que diz respeito à fiscalização, e reafirma que

defende a preservação da natureza, porém, proibir e multar o morador que tenta acessar sua própria residência dentro do parque é incoerente, criticando o ICMBio, pois não está mais no governo do PT, e solicita que a instituição pare com o esquerdismo e o "ecochatismo", que vem causando sofrimento à população do parque. Pede apoio aos demais Parlamentares para aprovar uma moção, apelando ao Governo Federal e ao Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade para que seja concedido o trânsito livre aos moradores remanescentes do Parque Nacional da Serra do Itajaí.

Outro assunto que deseja abordar é o número de feminicídios, que vêm acontecendo no Estado de Santa Catarina. Registra que, no primeiro trimestre de 2020, 17 crimes foram classificados como feminicídio, e que no primeiro semestre de 2021, foram 8, sendo que o ideal é 0. Deseja chamar a atenção do Estado para que fortaleça as políticas de proteção à mulher em Santa Catarina. Discorre sobre os abusos que a sociedade comete, desejando que fique o registro para que o Governo do Estado, Governo Federal, municípios e a própria Assembleia Legislativa unam esforços para proteger a vida das mulheres em Santa Catarina, e cessar esse número absurdo de violência contra a mulher.
[Taquígrafia: Northon]

Deputado Kennedy Nunes - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Concede a palavra ao Deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Parabeniza o Deputado Ricardo Alba por falar sobre o feminicídio e acrescenta que isso é consequência da quarentena e pandemia. Outrossim, faz agradecimento ao Deputado Marcius Machado, que conseguiu aprovar por unanimidade o parecer favorável ao projeto na comissão de Trabalho, que possibilita que os praças possam fazer o exercício da sua profissão também como pilotos, conforme a legislação da ANAC. [Taquígrafa: Sara]

Partidos Políticos

Partido: PT

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Orador) -
Reporta-se à questão da produção leiteira no Estado catarinense ao se referir às famílias produtoras de leite que, devido ao alto custo, estão sofrendo dificuldades de se manter na atividade, pois estão competindo com outros países que oferecem subsídios aos produtores de leite, o que torna o preço do litro de leite mais barato e, ao mesmo tempo, faz comparativo com preços de produtos da cesta básica. Salienta que têm recebido vários pedidos para tomada de providências a respeito dessa demanda, bem como diz que o Governo Federal não apresentou nenhum programa a esse setor produtivo.

Também, fala dos problemas que a estiagem traz, mais uma vez, na produção de milho e dificuldades na pastagem para as famílias da pecuária leiteira. Assim, entende de suma importância que se faça o armazenamento, o reaproveitamento da água, bem como a fiscalização e regras para aberturas e fechamento de poços artesianos, e cita a necessidade de reduzir a contaminação dos mananciais hídricos.

Deputado Milton Hobus (Aparteante) -
Parabeniza o Deputado pelo tema abordado, relatando estudos realizados sobre a estiagem no oeste catarinense quando era Secretário da Defesa Civil, onde se evidenciou que o Estado viverá momentos de estiagem severos e, por isso, apresentou projeto de lei de incentivo fiscal para projetos de irrigação, com o objetivo de chamar à atenção do Governo para implantar políticas públicas alternativas à estiagem, salientando que os catarinenses deverão aprender a conviver com esse fenômeno da natureza. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Partido: PL

DEPUTADO MARCIUS MACHADO (Orador) - Comenta sobre projeto aprovado em dezembro, mas que foi vetado pelo Governo, o qual trata dos

parcelamentos de débitos que as empresas ou as pessoas físicas têm com o Estado de Santa Catarina. Pede o apoio dos Deputados para a derrubada do veto, pois as pessoas estão esperando por esse ato, e salienta que defenderá quem gera empregos e a economia no Estado.

Fala da importância da rodovia na serra catarinense que não está estadualizada, que faz a ligação entre os Municípios de Palmeira e Correia Pinto, pois entende que trará um grande desenvolvimento para a região com sua pavimentação; bem como da SC-370, entre Rio Rufino e Urubici, ligando o sul do Estado com a serra catarinense; e, também, a serra do Corvo Branco.

Comunica visita feita à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), momento em que fez a reivindicação de passarelas sobre a BR-116, em Correia Pinto e Ponte Alta, para dar segurança aos pedestres que por ali passam. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Partido: PSDB

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO (Orador) - Informa que deseja falar sobre dois assuntos: o primeiro, relacionado à área da saúde, diz respeito às cirurgias eletivas. Comenta que no Estado de Santa Catarina, nos últimos 12 meses, apenas 60 dias foram utilizados pelos hospitais e profissionais da saúde para realização de cirurgias eletivas. Considera que esse período é muito pequeno, fazendo com que essas estruturas, especialmente as da área filantrópica, que não recebem recursos suficientes do Estado para se manterem, têm apresentado um déficit progressivo. Registra também, que os hospitais que prestam atendimentos a pacientes com Covid-19 gastam em torno de R\$ 3.500,00 por dia em cada leito, sendo que deste valor, apenas R\$ 1.600,00 são recebidos por dia, onde um leito normal de UTI custa em torno de R\$ 800,00 por dia para o SUS.

Conta que os hospitais que não estão credenciados ou habilitados para atender pelo SUS, estão em vantagem em relação aos que atendem, visto que podem realizar algumas cirurgias eletivas, o que não ocorre nos hospitais que

atendem pacientes com Covid-19. Informa que soube, extraoficialmente, através da Secretaria de Estado da Saúde, que houve uma publicação nesse sentido, permitindo que as cirurgias que não demandem de anestesia geral, possam ser realizadas com determinado regramento. Acrescenta que não teve acesso ao documento, mas celebra esse avanço, que irá tirar da passividade inúmeras equipes cirúrgicas, que poderão realizar procedimentos. Cita também, que as cirurgias de pequeno e médio porte representam quase 70% das cirurgias, um número considerável. Comunica que solicitou uma audiência sobre esse assunto à Secretaria, porém não obteve resposta, oportunidade em que deseja também tratar sobre assunto de outras situações localizadas e graves, como municípios sem ambulâncias, sem unidade central de saúde em funcionamento, necessitando de auxílio urgente.

Agradece a gentileza do Secretário da Agricultura, Deputado Altair Silva, que percorreu com ele sete municípios que possuem um inimigo em comum: o maruim, uma praga que ataca as criações ao entardecer, bem como os lavradores, impactando também no turismo rural. Informa que os setores da Epagri e pesquisas do Estado desenvolveram um produto que pode ser oferecido no combate à praga, mas deve ser fiscalizado o uso correto. Menciona que a praga surgiu nas plantações de banana do Peru, onde foi decretada emergência fitossanitária nacional, o que demandaria barreiras sanitárias, especialmente no Estado de Santa Catarina, onde a plantação de banana é o principal produto da agricultura, principalmente nas regiões norte e nordeste.

Relata que, em Corupá, alguns produtores já desejam assumir plantações de café e a prática de piscicultura.

Deputado Moacir Sopelsa (Aparteante) - Agradece e cumprimenta o Deputado Vicente pelo programa de combate a praga que ataca o norte do Estado. Diz que também conversou com Altair Silva, e lamenta que a Secretaria da Agricultura tenha deixado de fazer esse programa em parceria com os municípios, no qual o produto biológico era

adquirido pela secretaria e combatia o danoso inseto. Neste sentido, o secretário afirmou que vai pensar e, inclusive, talvez possa haver recursos da Assembleia Legislativa para dar continuidade ao programa de aquisição do produto que combate o mosquito. [Taquiografia: Northon]

Partido: PSD

DEPUTADO MILTON HOBUS (Orador) - Parabeniza o povo rio-sulense, pois no dia seguinte, a cidade de Rio do Sul completará 90 anos. Expressa o seu orgulho em relação à cidade, comentando brevemente sobre o histórico econômico da cidade, que vem se desenvolvendo progressivamente. Cita que na cidade está localizado um dos maiores polos de confecção do Estado, assim como um setor metalmeccânico digno de orgulho, com empresas de caldeiraria que são referências internacionais, umas das maiores empresas de autopeças do Estado, empresas que são referência no setor de som automotivo e automobilístico. Elogia a diversidade macroeconômica e o comércio dinâmico da região. Conta que, através da construção do Hospital Regional, Rio do Sul transformou-se em um centro de referência de alta complexidade na área da saúde, sendo o primeiro hospital de Santa Catarina a realizar cirurgias cardíacas. Exalta também o centro universitário da região, que abriga mais de 20 faculdades diferentes, expressando seu orgulho pela cidade. Informa que, na administração pública do município, existe a continuidade de projetos de visão de longo prazo, tanto na área do desenvolvimento, urbanismo e educação.

Acrescenta que Rio do Sul é a única cidade que permanece com o programa Creche 12 meses, durante o ano inteiro, fornecendo acesso à creche para toda mulher que trabalha no município. Comenta que no dia da celebração dos 90 anos da cidade, Rio do Sul ganha um novo centro de educação infantil, um dos maiores, construído onde havia um presídio. Relata que hoje, ao invés dos cidadãos cumprirem pena, 350 crianças poderão ser educadas nessa nova creche. Afirma que uma cidade só funciona bem quando existe o dinamismo e a vontade

empreendedora do povo, o comprometimento do trabalhador e uma administração pública competente e visionária. Fala, também, que estão ocorrendo obras na cidade, que irão prepará-la para as próximas décadas, como a duplicação da estrada Blumenau. *[Taquiografia: Northon]*

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, suspende a sessão até às 16h.

(Pausa)

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Reabre a sessão e passa à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

A Presidência dá início à pauta da Ordem do Dia.

Comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n.s: 0070/2020, 0128/2020, 0268/2020, 0301/2020 e 0489/2019.

Igualmente, comunica que a comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0224/2020.

Discussão e votação em turno único da Admissibilidade da Medida Provisória n. 00235/2021, de autoria do Governador do Estado, que altera os arts. 3º, 4º e 12 da Lei nº 18.007, de 2020, que estabelece medidas temporárias a serem adotadas no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde (SES) para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0255/2021, de autoria do Deputado Laércio Schuster, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura, informações acerca dos problemas existentes na SC-477, referente ao trecho Papanduva/Major Vieira/Canoinhas.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0256/2021, de autoria do Deputado Laércio Schuster, solicitando ao Secretário de Estado da Educação, informações acerca da obra da Escola de Educação Básica Senador Evelásio Vieira, no bairro Itoupavazinha, em Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0257/2021, de autoria do Deputado Laércio Schuster, solicitando ao Secretário da Infraestrutura, informações acerca do motivo da interdição da Ponte Pênsil, divisa dos municípios de Timbó e Indaial.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0258/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca de narrativa feita pela imprensa catarinense de que a referida Secretaria de Estado multou a empresa Veigamed em R\$3,3 milhões pela não entrega dos 200 respiradores pagos antecipadamente em 2020.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0259/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Educação, informações atualizadas acerca do procedimento licitatório de reforma da Escola de Educação Básica São José, localizada no Município de São Joaquim.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0260/2021, de autoria do Deputado Fernando Krelling, solicitando ao Secretário de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural, informações acerca do processo licitatório e o programa finalístico da pasta destinado a aquisição e distribuição do inseticida biológico BTI aos municípios catarinenses.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. Deputado Moacir Sopelsa, manifestando desejo de subscrever o Pedido de Informação, que foi acatado pelo autor.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0261/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Fazenda, informações acerca do noticiado pela imprensa catarinense, de que o Estado ultrapassou o limite de gastos prudenciais estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, estando assim, impedido de receber recursos federais.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0262/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca de determinação de que a Secretaria de Estado da Fazenda realizasse estudos para implementar auxílio emergencial aos trabalhadores catarinenses.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0263/2021, de autoria da Deputada Ada De Luca, solicitando ao Secretário de Estado da Educação, informações acerca dos cursos profissionalizantes ofertados ao CEDUP de Rio Fortuna.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0264/2021, de autoria da Deputada Paulinha, solicitando ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, informações acerca do andamento do Programa Investe SC.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0265/2021, de autoria do Deputado Felipe Estevão, solicitando ao Secretário de Estado da Segurança Pública, informações acerca das instalações do IGP de Laguna.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0257/2021, de autoria do Deputado João Amin, cumprimentando a empresa Viacredi Alto Vale, por ter sido premiada na 9ª edição do prêmio Great Place to Work.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0258/2021, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, manifestando ao Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, ao Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho e à Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, apoio a manutenção da Norma Regulamentadora nº 36.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0259/2021, de autoria do Deputado João Amin, cumprimentando o Desembargador Federal Ricardo do Valle Pereira, pela eleição para Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0260/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado, apelando ao Senador Jorginho Mello e aos integrantes do Fórum Parlamentar Catarinense, que não meçam esforços em alterar a

Lei nº 9.504/1997, que permite impulsionamento de conteúdos por meio das mídias sociais através de pagamento, bem como alteração da Lei Complementar nº 64/90 que determina desincompatibilização do servidor público em 90 dias antes do pleito para 45 dias.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0261/2021, de autoria do Deputado Padre Pedro Baldissera, manifestando aplauso ao diretor catarinense Luiz Fernando Machado, roteirista Chico Caprário e toda equipe de trabalho, assim como os atores e as atrizes, pela premiação internacional no filme Albertina, como o melhor longa-metragem no Festival de Cinema do Detective Crime Thriller.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0262/2021, de autoria do Deputado Jessé Lopes, cumprimentando os policiais militares: Soldado João Felipe Ferreira e Lucas Ferreira Anselmo, pelo ato de bravura realizado em ocorrência no Município de Biguaçu.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0263/2021, de autoria do Deputado Volnei Weber, apelando ao Presidente do Conselho Diretor da ANATEL, que não meça esforços em cobrar das operadoras de telefonia móvel a instalação de uma antena, na localidade Cachoeira de Fátima, Município de Praia Grande.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 0537/2021, de autoria do Deputado Jessé Lopes, solicitando à Tesoureira da União Nacional dos Estudantes, informações acerca da quantidade de recursos financeiros destinados à campanha "Vida, Pão, Vacina e Educação".

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0538/2021, de autoria da Deputada Paulinha, solicitando ao Presidente da Celesc, informações acerca do cronograma de ações que serão realizadas pelo Programa Celesc Rural.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0539/2021, de autoria da Deputada Paulinha, solicitando ao Presidente da Celesc, informações acerca da cobertura integral do Estado pelo Programa Celesc Rural.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0540/2021, de autoria do Deputado Volnei Weber, solicitando ao Presidente da Empresa VIVO, urgência na instalação de uma antena de telefonia móvel, na localidade de Cachoeira de Fátima, Município de Praia Grande.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0541/2021, de autoria do Deputado Volnei Weber, solicitando ao Presidente da Empresa CLARO, urgência na instalação de uma antena de telefonia móvel, na localidade de Cachoeira de Fátima, Município de Praia Grande.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0542/2021, de autoria do Deputado Volnei Weber, solicitando ao Presidente da Empresa TIM, urgência na instalação de uma antena de telefonia móvel, na localidade de Cachoeira de Fátima, Município de Praia Grande.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0513/2021, 0514/2021, 0515/2021, 0516/2021, 0517/2021, 0518/2021, 0519/2021, 0520/2021, 0521/2021, 0522/2021, 0523/2021, 0524/2021, 0525/2021, 0526/2021 e 0527/2021, de autoria do Deputado Laércio Schuster; 0529/2021, 0530/2021, 0531/2021, 0532/2021, 0533/2021 e 0534/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 0535/2021 e 0536/2021, de autoria do Deputado Fernando Krelling; e 0543/2021, de autoria do Deputado Nazareno Martins.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0722/2021 e 0727/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 0747/2021, de autoria do Deputado José Milton Scheffer; 0748/2021, 0749/2021,

0750/2021, 0751/2021, 0752/2021, 0753/2021, 0754/2021, 0755/2021, 0756/2021, 0757/2021, 0758/2021, 0759/2021 e 0760/2021, de autoria do Deputado Laércio Schuster; 0761/2021 e 0762/2021, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark; 0763/2021, 0764/2021 e 0765/2021, de autoria do Deputado Fabiano da Luz; 0766/2021, 0767/2021, 0768/2021, 0769/2021, 0770/2021, 0771/2021, 0772/2021, 0773/2021, 0774/2021, 0775/2021 e 0781/2021, de autoria da Deputada Ana Campagnolo; 0776/2021 e 0777/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado; 0778/2021 e 0779/2021, de autoria do Deputado João Amin; 0780/2021, de autoria do Deputado Fernando Krelling; 0782/2021, de autoria da Deputada Ada De Luca; 0783/2021, 0784/2021, 0785/2021, 0786/2021, 0787/2021, 0788/2021 e 0789/2021, de autoria da Deputada Paulinha; 0790/2021, de autoria da Deputada Dirce Heiderscheidt; 0791/2021, de autoria do Deputado Nilso Berlanda; 0792/2021 e 0793/2021, de autoria do Deputado Nazareno Martins; e 0794/2021, de autoria do Deputado Sargento Lima.

Finda a pauta da Ordem do Dia. *[Transcrição: Taquígrafa Sara]*

Explicação Pessoal

DEPUTADO JESSÉ LOPES (Orador) - Comenta a sua luta contra a doutrinação ideológica nos colégios estaduais, onde sempre é rebatido por parte dos alunos e professores que dizem não haver doutrinação.

Apresenta um vídeo em Plenário, o qual mostra um professor universitário aposentado sendo abordado por pichar placas de obra, em uma propriedade privada, com falas contrárias ao Presidente da República. O professor aparece limpando as placas para não ser conduzido à delegacia.

Indaga aos colegas Deputados o que o professor seria capaz de fazer dentro de uma sala de aula, já que se prestou a cometer um crime para expor sua ideologia política. Afirma que estas pessoas

não têm compromisso com a verdade ao atacarem o Presidente Bolsonaro desta forma, e questiona a incoerência dos fatos.

Defende os atos do Presidente no combate à pandemia e na compra das vacinas, e mostra-se contrário a CPI da Covid, pois estão querendo investigar somente o Presidente, que deu o suporte necessário aos Estados.

Deputado Jair Miotto (Aparteante) - Considera um absurdo o ocorrido e reforça que qualquer pessoa que queira deixar uma mensagem, que o faça em sua respectiva residência, e não em patrimônio público ou de terceiros.

Deputado Felipe Estevão (Aparteante) - Comenta estar estarecido em ver o vídeo de um professor universitário pichando um patrimônio de terceiro. Parabeniza a Polícia Militar pela rápida ação em deter o indivíduo.

Deputado Maurício Eskudlark (Aparteante) - Ressalta que o professor foi abordado por agentes particulares, pois se fosse a Polícia Militar, era capaz de estar respondendo processo por abuso de autoridade. Afirma tais condutas de danos ao patrimônio devem ser impedidas, no mínimo com ressarcimento dos prejuízos. [Taquigrafia: Guilherme]

DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO (Orador) - Fala do desafio que foi assumir a Presidência da Comissão de Pesca nesta Casa, e diz que o pescador catarinense sempre foi esquecido pelo poder público. Lembra da dificuldade que foi enfrentar a lei do Estado do Rio Grande do Sul, o qual colocou limites em águas da União para a pesca de tainhas próxima ao litoral gaúcho, e que foi derrubada com muita luta e esforço.

Afirma que enfrenta mais uma adversidade, e lê a Portaria nº 106 da Secretaria da Agricultura e Pesca, a qual estabelece o limite de embarcações, cotas de captura e as medidas de monitoramento e controle para a temporada de pesca da tainha para o ano de 2021. Segue lendo a Portaria e chama a atenção para o pescador que se preparou o ano

inteiro para esta temporada, e agora a Portaria limita o numero de embarcações.

Ressalta a frustração dos pescadores que investiram recursos para a temporada, e que não poderão arcar com todas as despesas devido à súbita portaria. Questiona os dados apresentados pela Portaria, que prejudicou uma classe inteira por desconhecimento da atividade e da realidade do pescador catarinense, e lembra que a pesca da tainha é artesanal e não predatória.

Apresenta um vídeo em plenário, mostrando várias visitas a colônias de pescadores na ilha, em Florianópolis. Mostra-se favorável à liberação das embarcações, e sente feliz em ser a voz de todos pescadores catarinenses. Solicita ao Governo Federal que reveja essa limitação que lesa e declara a morte da pesca artesanal da tainha.
[Taquiografia: Guilherme]

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.

(Ata sem revisão dos oradores)

[Revisão: Taquigrafa Sara]